



2005/04/14

O JAPÃO DO SÉCULO XXI

Alexandre Reis Rodrigues

O Japão, tal como a Alemanha, parece ter ficado vacinado das suas aventuras militaristas, do século XX. Embora dando alguns sinais de vontade de introdução de alterações no texto constitucional redigido por Mac Arthur em 1946, que ditou uma postura eminentemente pacifista, não é de esperar que qualquer das possíveis mudanças, presentemente sob discussão, possam ditar qualquer mudança radical na sua estratégia de defesa, [1] não obstante as pressões decorrentes de um novo ambiente de segurança.

Em qualquer caso haverá mudanças; aliás, algumas começaram a acontecer em 1991, para responder ao embaraço que constituíram as restrições então existentes sobre o emprego de forças armadas no exterior e que obrigaram o Japão a limitar a sua contribuição para a resolução da crise levantada pela invasão do Kuwait pelas forças de Saddam Hussein a uma ajuda económica ainda que substancial (13 mil milhões de dólares americanos).

Um ano depois, uma nova lei passou a permitir a utilização das chamadas forças de auto-defesa (Self Defense Forces) em operações de manutenção da paz no exterior, desde que sob mandato da ONU, havendo uma situação de cessar-fogo e aceitando as duas partes a presença de forças japonesas. Desde aí a presença de militares japoneses passou a ser vista no Camboja (1992), em Moçambique (1993), em Ruanda (1994), nos Montes Golan (desde 1996, como observadores da ONU), em Timor-Leste (1999 e 2002) e no Iraque (2003/4). Mais tarde, em 2001, uma nova lei permitiu que as forças navais japonesas colaborassem com as forças armadas americanas no Índico, em funções de reabastecimento e apoio logístico, por ocasião da invasão do Afeganistão.

A disposição legal de que decorrem as actuais restrições ao emprego de poder militar é a que consta do Artigo IX da Constituição, [2] e que cerca de 61% da população japonesa gostaria agora de ver revisto. De facto tem havido uma evolução da opinião pública japonesa em relação às Forças Armadas com a substituição da habitual suspeição, resultante da geral aversão ao passado militar do país, por uma imagem positiva, fruto das intervenções no exterior em operações de apoio à paz. Apontam-se, para a revisão da Constituição, dois objectivos principais: legitimar a actual existência das forças de auto defesa, criadas em 1954, [3] que alguns pensam – acho eu que com razão – não estar claramente permitida pela Constituição; clarificar a questão da participação em iniciativas de auto-defesa colectivas.

Segundo Rust Deming [4], há três visões principais sobre o caminho a seguir, a que correspondem outras tantas correntes de opinião: a dos nacionalistas que entendem que a política de segurança deve centrar-se no Tratado de Segurança com os EUA, cujo âmbito deve ser expandido, quer a nível regional quer a nível global; a dos internacionalistas que pretendem que tudo se baseie numa maior cooperação com as Nações Unidas ou outros possíveis quadros multinacionais ou regionais; e, finalmente, a dos neo-nacionalistas que defendem a criação de capacidades de defesa autónomas. Conforme já dito acima, esta última posição tem poucas hipóteses de prevalecer, não obstante o facto de o Japão ter o 4º maior orçamento de defesa no mundo (45600 mil milhões de dólares) e dispor dos mais modernos equipamentos e sistemas de armas.

Enquanto a discussão das questões constitucionais continuará a aguardar clarificação, provavelmente por mais alguns anos, os aspectos concretos da política de defesa avançarão mais rapidamente com base na nova versão do National Defense Program Outline, concluído no final de 2004, admitindo-se que algumas das evoluções verificadas nessa área poderão subseqüentemente ditar, ou pelo menos influenciar, a orientação a seguir na revisão constitucional; portanto, exactamente ao contrário do que seria o processo normal.

Vários factores desempenharão um influente papel na definição do caminho a seguir. Contrariamente ao que acontece, por exemplo, com a Alemanha, o Japão enfrenta ameaças importantes para as quais tem de desenvolver apropriados meios de defesa; a mais óbvia é a da capacidade de mísseis balísticos e armas nucleares da Coreia do Norte [5] o que levou o Japão a decidir participar no escudo de protecção anti-míssil americano. Depois de ter colaborado em trabalhos de investigação e desenvolvimento de novas tecnologias nessa área, em Janeiro de 2004 adquiriu aos EUA dois sistemas de defesa anti-míssil que se espera ficarem operacionais em 2007.

A China, embora não representando o mesmo nível de ameaça, tem sido causa de um nervosismo

crescente em Tóquio. O seu crescimento acelerado, o seu óbvio desejo de um maior protagonismo na região senão mesmo a liderança e os crescentes investimentos em Defesa, a que há a acrescentar algumas disputas territoriais [6] – uma delas sobre a exploração de recursos naturais – têm, de facto, criado inquietações em Tóquio, pelo receio de possível degeneração em conflitos de maior gravidade.

Para além de numerosas violações da ZEE japonesa – a última com um navio de pesquisa – um dos mais recentes incidentes ocorreu a 10 de Novembro de 2004 quando foi identificado um submarino chinês em águas territoriais japonesas e aviões de patrulha marítima e fragatas japonesas tentaram forçar a sua vinda à superfície para identificação; [7] a China apresentou desculpas formais sobre este caso. [8] Por estas razões, o Japão está contra o levantamento do embargo de armas da UE à China e começa a interrogar-se porque há-de continuar a dar-lhe ajuda económica [9], quando a China tem, por exemplo, em curso um programa espacial de colocação de um homem na lua! Na mais recente revisão estratégica, a China passou a ser referida como um elemento de insegurança e uma potencial ameaça militar, principalmente, porque os interesses de cada um, a prazo, podem colidir.

Estas situações terão impacto no desenvolvimento do sistema de forças japonês que será ajustado em função do facto de que a principal ameaça, anteriormente localizada a norte (Rússia) passou agora para sul e do desejo de que o país tenha uma maior participação na cooperação militar global, designadamente no combate ao terrorismo e na protecção anti-míssil, também as duas ameaças a que os EUA atribuem prioridade. Para o Japão, participar em operações de apoio à paz, é cada vez mais crucial para a manutenção da estabilidade global e, portanto, uma incontornável maneira de tornar o país mais seguro.

Porém, contrariamente às recomendações constantes das conclusões de um trabalho levado a cabo por um painel de académicos e homens de negócios que defenderam a criação de uma capacidade de efectuar ataques preventivos, a subsequente revisão estratégica não considerou essa hipótese. Sobrepuseram-se os receios de que daí poderia resultar uma alteração na dinâmica de relacionamento com os vizinhos, lembrados do anterior poderio militar japonês. Uma eventual opção nuclear também não será aceite pela opinião pública japonesa e, por isso, não parece estar a ser encarada; fica implícito que chega o “guarda-chuva nuclear” americano.

Não obstante estes cuidados, nem por isso são menores os receios dos vizinhos com uma política de defesa do Japão que atribui às forças armadas um papel bem mais activo do que aquele que seria de esperar de uma força, formalmente ainda limitada pela Constituição a missões exclusivamente de defesa do território. A Coreia do Sul expressa preocupações pela possibilidade dessa política vir a ser interpretada como agressiva pela Coreia do Norte, dificultando ainda mais a tentativa de manter em aberto as negociações para a paragem do seu programa nuclear. A China também não se mostra satisfeita principalmente agora que o Japão, quebrando o silêncio em relação a Taipe, considerou, em declaração conjunta com os EUA, que a resolução pacífica da situação no estreito de Taiwan é um objectivo estratégico comum dos dois países. [10] Esta declaração foi particularmente bem recebida em Taipe, onde o Japão goza de grande popularidade e apoio, não obstante ter invadido e ocupado a ilha durante cinquenta anos, entre 1895 e 1945.

Nada indica, porém, que o Japão pretenda enveredar por se tornar também uma potência militar; só uma alteração radical dos sentimentos anti-militares muito enraizados no pensamento dos japoneses – hipótese improvável – poderia permitir isso. O Japão, apesar da grande dimensão do seu orçamento de defesa, continua a gastar apenas 1% do PIB e pressionado pela necessidade de investir em programas sociais (população envelhecida, por exemplo) tem em curso reduções de despesas para corte de cerca de 3,7% do orçamento militar até 2010; haverá, nesse período, uma redução de efectivos (de 160000 para 155000, eventualmente ainda menos – talvez 10% de reduções) e cortes no material pesado (menos 600 tanques e 600 peças de artilharia) e na aviação de combate (redução de 12%, menos 70 aviões). Na área da Defesa, o Japão continuará a apostar essencialmente na aliança com os EUA, por troca com o desempenho do papel de uma espécie de “Reino Unido na Ásia”, isto para usar uma analogia com o papel que o Reino Unido tem na Europa, como aliado privilegiado dos EUA.

O principal esforço do Japão parece continuar a ir para o estreitamento das ligações económicas e financeiras com a China e outros vizinhos na região, sob o conceito de que é nessas áreas que encontrarão a chave da estabilidade e progresso. Para o Japão é essencial preservar um eficaz relacionamento económico, o que implica manter boas relações diplomáticas com tantos quanto possível e evitar uma política externa que comporte riscos. Por isso, uma das grandes apostas vai, entre outras iniciativas, para a concretização da ideia de uma East Asian Community, cuja sessão inaugural está a ser preparada para Dezembro de 2005, em Kuala Lumpur, e que pretende ser o embrião de uma organização equivalente à UE. A iniciativa parece ser boa, mal grado o facto de as

circunstâncias terem poucos pontos comuns e de as rivalidades e receios mútuos tornarem tudo mais difícil; a China e a Coreia do Sul, por exemplo, também a subscrevem, mas os EUA, por motivos não explícitos mas que se adivinham – presumivelmente ligados ao facto de não participarem – acham que não é boa ideia. [11]

Outro ponto fulcral da estratégia japonesa é garantir um lugar permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, um objectivo que o país persegue há já alguns anos e que tem agora uma saída facilitada no âmbito do processo de reforma da ONU que Kofi Annan promoveu recentemente para concretização ainda este ano, a propósito da comemoração dos sessenta anos da organização. Dada a importância económica do Japão, sendo o segundo maior contribuidor para o seu orçamento (925000 de dólares, correspondendo a 20% do total), e tendo passado a ser também um contribuinte activo para a manutenção da paz e da estabilidade no Mundo, com crescente envolvimento em operações de apoio à paz, a candidatura parece ser relativamente pacífica; não o é, porém, a nível regional, nomeadamente para a China que se opõe a essa pretensão e tem direito a veto.

Contrariamente ao que seria de esperar, o esforço diplomático do Japão para conseguir esse desiderato, tem, nalguns aspectos recentes, sido pobre senão mesmo desastroso pelos pretextos oferecidos aos oponentes em manifestarem-se contra essa aspiração. Por um lado, são as visitas de Koizumi ao templo de Yasakuni, um memorial dedicado aos 2,5 milhões de mortos japoneses, muitos deles responsáveis pelos massacres feitos no estrangeiro, o que para a China é provocativo; por outro lado foi a conclusão do processo de revisão quadrienal dos textos escolares, recentemente aprovado pelo Ministro da Educação, e que pretendeu “apagar da história” alguns episódios menos abonatórios do comportamento de soldados japoneses durante a invasão da China e Coreia.

Se foi uma tentativa de entrar “mais limpo” como membro permanente do Conselho de Segurança, os resultados acabaram por ser exactamente os contrários; tanto a China como a Coreia do Sul viram aí uma oportunidade de lembrar que um país que não assume a sua história não tem condições para ter maiores responsabilidades no seio da comunidade internacional. [12] O Governo chinês foi mesmo mais longe; embora sempre empenhado em manter controle sobre a estabilidade interna e raramente autorizando manifestações, não viu problema em abrir uma excepção, que sobretudo lhe convinha, deixando avançar com manifestações que nalguns casos excederam o razoável. [13] Para tornar a posição mais clara 25 milhões de chineses assinaram, via Internet, um abaixo-assinado contra a presença do Japão no Conselho de Segurança; o destinatário foi Kofi Annan.

A visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, Nobutaka Machimuro, a Pequim no próximo domingo, 17 de Abril, para conversações com o seu homólogo chinês, procurará amenizar a tensão existente. Porém, resolver os diferendos de forma consistente, numa região em que reemergem três grandes potências (China, Japão e Índia) não será tarefa para o curto prazo. Esperemos, no entanto, que o sol do desenvolvimento e progresso que todas experimentam chegue para furar as nuvens do clima de insegurança e de incertezas que essa evolução arrastou; em qualquer caso, a presença dos EUA continuará a ser essencial.

[1] “Japan is turning a historic corner toward amending Article IX of its Constitution, but the process is likely to be protracted and the implications for Japan Defense Policy evolutionary rather than revolutionary. Japan will almost certainly the spirit if not the letter of the first paragraph of Article IX. (Japan’s Constitution and Defense Policy: entering a new era? – Strategic Forum, November 2004)

[2] “1. Aspiring sincerely to an international peace based on justice and order, the Japanese people forever renounce war as a sovereign right of the nation and the threat or use of force as a means of settling international disputes.

2. In order to accomplish the aim of the preceding paragraph, land, sea, and air forces, as well as other war potential, will never be maintained. The right of belligerency of the state will not be recognized.”

[3] Sete anos depois da promulgação da actual Constituição em 1947, tal como preparada por Mac Arthur.

[4] Num trabalho para o Institute for National Strategic Studies da National Defense University (November 2004)

[5] E também a actividade de navios espiões; em Dezembro de 2001, as forças japonesas afundaram um destes navios, encontrado na ZEE japonesa mas só destruído já fora dessas águas em ZEE chinesa. Esse navio foi recuperado e está presentemente em exibição numa baía perto de Tóquio como que a lembrar dos perigos que o País enfrenta. Veio a verificar-se que para além de

material de recolha de informações tinha a bordo armamento pesado (The Economist, 10 Jul 2004).

[6] Por exemplo a posse da ilha de Dicoyu e a exploração de gás no mar que o Japão, a oeste de Okinawa, e cujos depósitos o Japão considera estenderem-se à sua área económica exclusiva. Por isso o Japão tem insistido em que a informação disponível sobre essas jazidas seja partilhada entre os dois países ou que em alternativa a exploração seja suspensa. Não tendo havido resposta da China, o Japão poderá distribuir concessões a firmas japonesas o que aumentará o contencioso. (The Globe and Mail, 14 Apr 2005, Geoffrey Uork)

[7] Acção iniciada ao abrigo do artigo 82 da Self Defense Law , que permite o emprego das forças de auto-defesa quando a Coast Guard não tem meios à altura da situação. Foi a 2ª vez que aconteceu uma situação deste género desde o fim da IIGG. A primeira tinha sido em 1999, com dois navios espiões da Coreia do Norte.

[8] Stratfor Intel Brief, 11 Nov 2004.

[9] Koizumi, nos primeiros quatro anos de mandato, reduziu a metade a ajuda ao desenvolvimento da China e considera agora dá-la por terminada. Nos últimos 25 anos, o Japão forneceu à China mais de 30 mil milhões de dólares em empréstimos para desenvolvimento. (IHT, 7 Feb 2005)

[10] Declaração conjunta na sequência de conversações em Washington, entre Condollezza Rice e Rumsfeld pelos EUA e o senhor Machimura, MNE, e o general Yoshinori Ono, directo da Defense Agency, em 18 de Fevereiro de 2005.

[11] “ It is a mistake. Exclude América and you damage relations across the Pacific” – Richard Holbrooke , antigo embaixador dos EUA nas NU.

[12] “Only a country that respects history, takes responsibility for history and win over the trust of peoples in Ásia and the world at large can take greater responsibilities in the international community” (Wen Jiabao, 1º ministro da China, em Nova Déli,) (WP, 13 Abril 2005).

“There are difficulties for a country that does not have the trust of its neighbouring countries because of its lack of reflection on the past to play the role of a world leader” (Embaixador da Coreia do Sul na ONU) (IHT, 7 Abril 2005).

[13] “China does not approve the overreaction of some individuals but Japan, for its past, should reflect on the root cause and should not do anything that hurts the feelings of the chinese people” (porta-voz do MNE chinês) .